

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CHAPADINHA - CCCH
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AGRÍCOLA

ANDRESSA KETHLEN CASTRO BARROS

RELAÇÃO ENTRE AS FONTES DE RENDAS E ATIVIDADES
AGROPECUÁRIAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CACOAL NO
MUNICÍPIO DE VIANA – MA

CHAPADINHA – MA

2023

ANDRESSA KETHLEN CASTRO BARROS

**RELAÇÃO ENTRE AS FONTES DE RENDAS E ATIVIDADES
AGROPECUÁRIAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CACOAL NO
MUNICÍPIO DE VIANA – MA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Engenharia Agrícola da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Engenharia Agrícola.

Orientador: Dr. Marcus Willame Lopes Carvalho

Coorientador: Dr. Eng. Telmo José Mendes

CHAPADINHA – MA

2023

ANDRESSA KETHLEN CASTRO BARROS

**RELAÇÃO ENTRE AS FONTES DE RENDAS E ATIVIDADES
AGROPECUÁRIAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CACOAL NO
MUNICÍPIO DE VIANA – MA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Engenharia Agrícola da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Engenharia Agrícola.

Defendido e aprovado em 19/07/2023, pela comissão examinadora constituída pelos professores:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcus Willame Lopes Carvalho
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Orientador

Prof. Dr. Aldair de Souza Medeiros
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Examinador 1

Prof. Dr. Patrício Gomes Leite
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Examinador 2

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Kethlen Castro Barros, Andressa.

A RELAÇÃO ENTRE AS FONTES DE RENDAS E AS ATIVIDADES
AGROPECUARIAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CACOAL NO MUNICIPIO
DE VIANA MA / Andressa Kethlen Castro Barros. - 2023.

33 p.

Coorientador(a): Telmo José Mendes.

Orientador(a): Marcus Willame Lopes Carvalho.

Curso de Engenharia Agrícola, Universidade Federal do
Maranhão, Chapadinha-MA, 2023.

1. Atividades agropecuária. 2. Comunidade Quilombola
Cacoal. 3. Fontes de renda. I. José Mendes, Telmo. II.
Willame Lopes Carvalho, Marcus. III. Título.

DEDICATÓRIA

À toda minha família e a comunidade Quilombola Cacoal.

AGRADECIMENTOS

À Deus, em primeiro lugar, por me conceder sabedoria para alcançar este momento.

À minha mãe, Viviane Castro, mesmo enfrentando tantas dificuldades na vida e criando seus três filhos sozinha, nos proporcionou todo amor e educação. Ao meu pai, Marcio Andrey (*in memorian*), que partiu cedo demais e deixou saudades imensas e um vazio paterno.

Aos meus irmãos, Mike Andrey, Yasmim Castro e Heitor Marinho, vocês foram essenciais para que eu conseguisse chegar até aqui. O mérito é todo nosso.

Aos meus avós, Valdinair Campos, Raimundo Santos, Amancia Castro e Antônio Castro, agradeço pelo apoio e incentivo para que sua primeira neta pudesse concluir um curso superior.

Ao meu tio, Marcio Daygson, meu primo Lucas Allef e ao Railson Gomes, agradeço por todas as vezes em que me acompanharam para coletar dados na comunidade.

Quero agradecer à minha melhor amiga, Larissa Lopes, por sempre me apoiar, incentivar e me ouvir em todos os momentos que precisei.

Agradeço a todos os meus professores que contribuíram para a minha formação, em especial ao Prof. Dr. Marcus Willame Lopes Carvalho e ao meu Coorientador Prof. Dr. Telmo José Mendes, por aceitarem me auxiliar neste trabalho.

Quero expressar minha gratidão ao Prof. Dr. Plinio Antonio Guerra Filho pelos incentivos e conselhos nesta reta final, levarei suas palavras para sempre em meu coração. Obrigada por tudo!

Agradeço ao Prof. Dr. Nítalo André Machado Farias por acreditar em meu potencial para me tornar uma excelente profissional.

Agradeço ao Prof. Dr. Aldair de Souza Medeiros pela disciplina de Gestão e Legislação Ambiental, que foi de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho. Obrigada por todos os ensinamentos em sala de aula.

Gostaria de expressar minha imensa gratidão a Prof^a. Dra^a. Raissa Rachel e ao seu grupo de pesquisa FRUTIMA/FLORIMA/BIOIMA que me proporcionou uma experiência inestimável como membro deste time. Foi uma jornada repleta de aprendizado, descobertas e colaboração que certamente moldou minha trajetória acadêmica de maneira significativa.

A esta Universidade, sua Direção e Administração, por proporcionarem a oportunidade que hoje me permite vislumbrar um horizonte superior.

Agradeço de coração aos meus amigos da faculdade Ronald, Joaquim e Atacilia, que estiveram ao meu lado ao longo desta jornada incrível. Vocês foram os pilares do meu caminho acadêmico, me apoiando, compartilhando conhecimento e tornando cada desafio mais leve.

Agradeço especialmente Victor Manoel pelos momentos de descontração, risadas e companheirismo que tivemos. Essas memórias são preciosas e tenho certeza de que vou lembrá-las com carinho ao longo da minha vida.

Ao meu grande amigo Breno Santos pelo apoio mútuo durante as noites de trabalho intenso, os prazos apertados e os momentos de pressão. Saber que podia contar com você, fez toda a diferença.

As minhas amigas que começaram junto comigo cinco anos atrás, Silvia Adriana, Melissa, Glaucia, Layara, Genylce e Sheyla, cada uma de vocês é parte importante da minha história na faculdade, e sou imensamente grata pela amizade verdadeira que construímos. Vocês me inspiraram, motivaram e me fizeram acreditar que posso alcançar meus sonhos.

Muito obrigado Pedro Neto e Recimara pelas inúmeras caronas pra UFMA, guardarei cada lembrança e aprendizado que compartilhamos.

A minha companheira de apartamento e amiga Lídia, que possamos celebrar nossas conquistas, olhar para trás com orgulho e seguir em frente com determinação, sabendo que sempre poderemos contar uma com a outra.

Gratidão eterna a todos!

RESUMO

As comunidades remanescentes quilombolas são povos reconhecidos pela vivência no meio rural, adepto, sobretudo, a prática da agricultura. O desenvolvimento em bases agrícolas é importante para garantir estratégias para o crescimento econômico e conservação ambiental. O trabalho em questão apresenta algumas ideias relacionadas às fontes de rendas e as atividades produtivas na comunidade quilombola Cacoal, sobre os serviços ora remunerado/ou assalariado pelo setor público e os trabalhos da agricultura de subsistência, apresentando então, o modo tradicional da agricultura familiar e as demais atividades vindas do serviço público ou programas sociais. Para identificar as fontes de rendas presentes no quilombo Cacoal foi utilizado à técnica de aplicação de questionário, observação direta e realização de entrevistas semiestruturadas, sendo os dados tabulados e analisados, indicando as mudanças ocorridas nos últimos 10 anos. Os resultados finais indicam que as principais atividades econômicas praticadas na comunidade são a agricultura, pesca no Lago do Aquiri e piscicultura, os quais estão ligados a impactos ambientais negativos, como desmatamento, piracema e erosão do solo.

Palavras-chave: fontes de renda, atividades agropecuárias, comunidade Quilombola Cacoal.

Abstract

The remaining quilombola communities are people recognized for their experience in rural areas, adept, above all, for the practice of agriculture. Development based on agriculture is important to guarantee strategies for economic growth and environmental conservation. The work in question presents some ideas related to the sources of income and the productive activities in the Cacoal quilombola community, about the services sometimes remunerated/or salaried by the public sector and the work of subsistence agriculture, presenting then, the traditional way of family agriculture and other activities coming from the public service or social programs. To identify the sources of income present in the Quilombo Cacoal, the technique of applying a questionnaire, direct observation and carrying out semi-structured interviews was used, with the data being tabulated and analyzed, indicating the changes that had occurred in the last ten years. The final results indicate that the main economic activities practiced in the community are agriculture, fishing in the Aquiri Lake and fish farming, which are linked to negative environmental impacts, such as deforestation, piracema and soil erosion.

Keywords: Sources of income. agricultural activities, Quilombola Cacoal community.

LISTA DE SIGLAS

AGERP	Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
FCP	Fundação Quilombola Palmares
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PROCAF	Programa de Compras da Agricultura Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da comunidade Cacoal em Viana – MA

Figura 2. Aplicação do questionário

Figura 3. Reuniões com os produtores

Figura 4. Fontes de renda dos moradores da comunidade

Figura 5. Beneficiários pelo Sindicato de Pescadores e Agricultores

Figura 6. Beneficiários de Programas Sociais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. OBJETIVOS	12
2.1 GERAL	12
2.2 ESPECÍFICOS	12
3. REVISÃO BIBLIOGRAFICA	12
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	12
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR EM QUILOMBO	12
3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS, ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS E IMPACTOS AMBIENTAIS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS.	13
4. METODOLOGIA	16
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA CACOAL	16
4.2 COLETA DE DADOS.....	17
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	18
5.1 ASPECTOS GERAIS DA COMUNIDADE CACOAL	18
5.2 ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS NO CACOAL	20
5.3 ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS NO CACOAL	22
6. CONCLUSÃO.....	27
ANEXO I.....	34

1. INTRODUÇÃO

O surgimento de quilombos ocorreu a partir de negros refugiados da escravidão, vindos de relações violentas e hostis. A presença dos escravos exerceu um papel fundamental na constituição e formação histórico-cultural da identidade brasileira. Essas características, visíveis ou não, são associadas à história e a trajetória de vários indivíduos, referindo-se não só às noções de raça ou de etnia, mas a demarcação das relações de hierarquia e fronteiras sociais presentes na sociedade brasileira (FURTADO et al., 2014).

Os quilombolas são assegurados por leis quanto aos seus direitos pelo uso da terra, direito de memória, práticas sociais sustentáveis e políticas públicas. Logo, as comunidades quilombolas brasileiras vivem em uma incansável luta para manter sua preservação em seu local de origem (SOUZA, 2022).

Com o passar dos anos, foi surgindo empregos e gerando renda para os povos mais vulneráveis, por meio de programas socioeconômicos e comercialização dos alimentos tradicionais, e situações que proporcionam a aproximação entre consumidores e produtores (MACHADO; ABREU, 2021).

De acordo com Sousa e Santos (2019) na história do Brasil, os quilombolas se espalharam e cravaram suas raízes, representando todos os negros escravizados e seus descendentes, formando núcleos familiares com vínculo de parentesco um ao outro. Criando então, suas marcas, suas origens religiosas, seus saberes, seus santos, seus tambores e expressões. Estabelecendo essências diversas que são transmitidas de geração a geração. Ficando definida como comunidades quilombolas com descendentes de escravos que sobrevivem da cultura de subsistência (CREPALDI, 2009).

Fields (2009) ressalta que o termo remanescentes se estabelece como forma de manter traços dos seus antecedentes, práticas adquiridas e principalmente a agricultura que é de grande importância em muitas comunidades que sobrevivem dessa forma.

A comunidade quilombola é uma existência para manter uma garantia de territórios. Os quilombos mantêm junções marcadas por sua identidade com suas terras tradicionais, mantendo processos de resistência à opressão histórica, tanto no meio rural quanto urbano. O meio rural tem grande parcela de presença, todavia, não é uma conjuntura particular das comunidades quilombolas (SILVA; SOUZA, 2020).

As comunidades remanescentes de quilombolas lutam pela titulação de terras, representando o território do poder do Estado e o exercício do poder pelos quilombolas (PEREIRA; OLIVEIRA, 2019). Neste sentido, a comunidade quilombola Cacoal,

localizada no município de Viana, Maranhão, é um exemplo de um grupo étnico-cultural que tem preservado sua identidade e modo de vida tradicional ao longo dos anos. Segundo Carvalho e Costa (2019) a agropecuária é uma das principais atividades econômicas em território quilombola, desempenhando um papel fundamental na geração de renda e subsistência dos seus habitantes. No entanto, a diversificação das fontes de renda tem se mostrado cada vez mais importante para garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dessas comunidades.

Santos e Pereira (2017) relatam que a análise das fontes de renda e atividades agropecuárias podem contribuir para o desenvolvimento de estratégias e políticas públicas mais efetivas que promovam a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades tradicionais.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Identificar as principais fontes de renda e atividades agropecuárias na comunidade quilombola Cacoal, localizada no município de Viana, Maranhão, Brasil.

2.2 Específicos

- Constatar os trabalhos da agricultura de subsistência na comunidade quilombola Cacoal;
- Quantificar todas as fontes de renda na comunidade quilombola Cacoal;
- Verificar a relação entre fonte de renda primária e terciária na comunidade;
- Analisar os impactos ambientais que as práticas agrícolas podem causar na comunidade.

3. REVISÃO BIBLIOGRAFICA

3.1 Agricultura familiar no Brasil

A Lei nº 11.326 de 24/06/2006 define o agricultor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo demandas como: mão de obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento, obtenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas, comandando o empreendimento agropecuário com a família.

A agricultura familiar no campo é importante para a produção de alimentos para geração de renda e o consumo das famílias (BEZERRA; SCHLINDWEIN, 2016). Pode-

se entender que a agricultura familiar é caracterizada como um elemento que define o processo de sustentabilidade. É um lugar constituído por pessoas situadas e datadas, encorajadas para trabalho no campo, firmes nas lutas constantes no meio rural sendo movidos pelos sentimentos de dominação e de vigor (ALBANI et al., 2022).

Apesar de sua relevância, a agricultura familiar enfrenta diversos desafios no Brasil. Entre eles, destacam-se a falta de acesso a crédito e financiamento, a ausência de infraestrutura adequada, a escassez de assistência técnica, a baixa produtividade e a dificuldade de acesso aos mercados de acordo com Gasques et al. (2021).

Nesse contexto, olhares relevantes para a agricultura familiar são cruciais para desenvolver uma sustentabilidade e fixação do agricultor no campo. De uma forma geral, a agricultura familiar produz alimentos saudáveis, e de forma sustentável (BERTOLINI et al., 2020).

De acordo com Ribeiro et al. (2020), o governo brasileiro tem implementado políticas de apoio à agricultura familiar visando melhorar as condições de vida e trabalho dos agricultores familiares, programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm contribuído para o fortalecimento desse setor. Essas políticas visam garantir o acesso a recursos, promover a comercialização dos produtos e incentivar a adoção de práticas sustentáveis.

3.2 Agricultura Familiar em Quilombo

Conforme Pinto et al. (2014), é muito comum a prática da produção agrícola familiar para a sobrevivência dos povos quilombolas, o cultivo domiciliar de alimentos básicos para o consumo da própria família, a construção das identidades mais próximas da vida rural é de grande importância para as características da cultura alimentar, valorizando os saberes agrícolas familiar. Portanto, práticas agrícolas necessitam do apoio técnico visando o desenvolvimento de ações específicas para valorizar os trabalhos dos quilombolas. Além disso, incentivar melhorias nos ensinamentos transmitidos de geração para geração, e também, beneficiar a geração de renda para as comunidades.

A prática produtiva é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes, pois somente por meio da compreensão dos diversos fatores que a permeiam é possível criar soluções concretas e sustentáveis para os desafios sociais contemporâneos (Manhas, 2019).

Aos poucos, essas e outras demandas das comunidades quilombolas passaram a ser compartilhadas com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que passou a ser gerido por uma diretriz intersetorial (SANTOS et al., 2017).

No Brasil, os quilombolas são um dos grupos reconhecidos como comunidades tradicionais (Gonçalves et al., 2022), ou seja, suas raízes são reconhecidas. Nessas comunidades, todos extraem alimentos para subsistência dos sistemas agrícolas produzidos em suas roças.

Penha (2020) afirma que a agricultura familiar interligada com a atividade socioeconômica e socioambiental, representa a sobrevivência das comunidades. A agricultura familiar está intimamente associada com a segurança territorial, alimentar e da biodiversidade. Portanto, essa prática gera um conjunto de relações sociais, entre os grupos familiares e as comunidades, em especial, para o trabalho coletivo.

3.3 Políticas públicas, atividades socioeconômicas e impactos ambientais em comunidades quilombolas

As comunidades quilombolas têm sido alvo de discussões e debates no âmbito das políticas públicas no Brasil. Essas comunidades são reconhecidas por sua história de resistência e luta contra a opressão e a escravidão (Silva, 2019). Na realidade os governantes tentam cumprir ao menos os programas sociais estabelecidos pela Constituição Federal (1988) em suas cláusulas petrificadas (LARREA et al., 2021).

Neste contexto, a história das comunidades quilombolas remanescentes mostra a agricultura enraizada. Portanto, políticas públicas voltadas para uma agricultura mais produtiva é essencial para a melhoria da qualidade de vida nessas comunidades, sem perder suas origens (VICENTE et al., 2020).

Santos e Machado (2018) citam que, políticas específicas têm sido desenvolvidas, visando à promoção da igualdade racial e enfrentamento do racismo estrutural presente na sociedade brasileira. É importante ressaltar que políticas públicas de saúde e educação para as comunidades quilombolas têm sido implementados ao longo do tempo, as quais buscam eliminar as desigualdades históricas e garantir o acesso a serviços públicos de qualidade.

Políticas públicas incluem ações como: regularização fundiária das terras quilombolas, fortalecimento da produção e da economia local, acesso à saúde, educação e infraestrutura básica, além do estímulo à preservação da cultura e da memória dessas comunidades (Almeida et al., 2020). Destaca-se também a importância do diálogo e da

participação das comunidades quilombolas na formulação e implementação dessas políticas, garantindo assim o reconhecimento de suas demandas específicas para a melhoria das suas atividades socioeconômicas.

Frente ao exposto, Lima et al. (2022) discorrem que as condições socioeconômicas e populacionais de povos tradicionais ajudam na identificação de problemas em que as comunidades podem estar inseridas, considerando suas características, como por exemplo, raça e cor, sexo, idade, profissão, religiosidade, renda, etc., ratificando as desigualdades sociais. Ao longo dos anos, essas comunidades preservaram suas tradições, idiomas, sistemas de governança e modos de subsistência, além de se adaptarem às mudanças socioeconômicas, porém, sempre mantendo uma forte conexão com a terra.

Os povos quilombolas buscam inclusão social para melhorar a qualidade de vida. Portanto, novas alternativas de fontes de renda que possam beneficiar os mesmos são essenciais para desenvolver novas atividades econômicas no meio social (Fidelis, 2011).

Silva e Souza (2019) reforçam que as atividades socioeconômicas desenvolvidas pelas comunidades quilombolas, desempenham um papel fundamental para a subsistência desses povos e na preservação de sua cultura. Essas atividades, aliadas a políticas públicas eficientes de valorização às comunidades quilombolas, podem contribuir para a redução das desigualdades sociais, o fortalecimento da identidade e autonomia dessas comunidades.

De acordo com Gomes (2016), as comunidades quilombolas desenvolvem diversas atividades socioeconômicas que sustentam suas populações e promovem o desenvolvimento local. Essas atividades incluem a agricultura de subsistência, o artesanato, o turismo comunitário, a pesca, a criação de animais e a extrativismo de recursos naturais.

Neste sentido, a agricultura de subsistência é uma das principais atividades econômicas nas comunidades quilombolas. Ademais, responde pelo cultivo de alimentos básicos, como mandioca, milho, feijão e frutas, suprindo as necessidades alimentares das famílias. Ressalta-se ainda que algumas comunidades também adotam técnicas de agricultura sustentável, como sistema agroflorestal (SANTOS; SANTOS, 2017). Portanto, as atividades agrícolas são muitas vezes realizadas de forma sustentável, respeitando os ciclos naturais e evitando a exploração incorreta dos recursos naturais (SILVA; NUNES, 2021).

Segundo Santos e Menegon (2020), os povos quilombolas eram reconhecidos no movimento ambientalista na década de 1980, pela maneira diferenciada de se relacionar

com o meio ambiente, promovendo uma agricultura menos impactante. Essas comunidades desenvolvem até hoje relações diferenciadas com o meio ambiente. No entanto, essas comunidades também enfrentam desafios significativos em relação aos impactos ambientais decorrentes de atividades econômicas, mudanças climáticas e políticas governamentais (Santos 2016).

Portanto, ter consciência e conhecimento dos impactos ambientais é extremamente importante para uma comunidade quilombola. Desse modo, a concepção de aspectos ambientais está diretamente relacionada, segundo a norma NBR ISO 14.001:2004, em atividades, produtos ou serviços de uma determinada comunidade que pode interagir com o meio ambiente (SÁNCHEZ, 2008).

Neste contexto, Santos et al. (2019) afirmam que os impactos ambientais nessas áreas comunitárias, podem afetar diretamente a subsistência das comunidades quilombolas, pois essas atividades podem causar a degradação ambiental, como rios, florestas e recursos pesqueiros. Além disso, tais impactos podem comprometer a sustentabilidade nessas áreas, e afetar a agricultura de subsistência e a pesca artesanal.

Diante desses desafios, é fundamental o desenvolvimento e implementação de políticas públicas que reduzam significativamente os impactos ambientais sobre as comunidades quilombolas. Medidas de preservação e recuperação ambiental, bem como a garantia da participação das comunidades nas decisões que envolvem seus territórios, são elementos essenciais para a promoção da sustentabilidade e aos direitos constitucionais dessas comunidades (Silva e Monteiro, 2019).

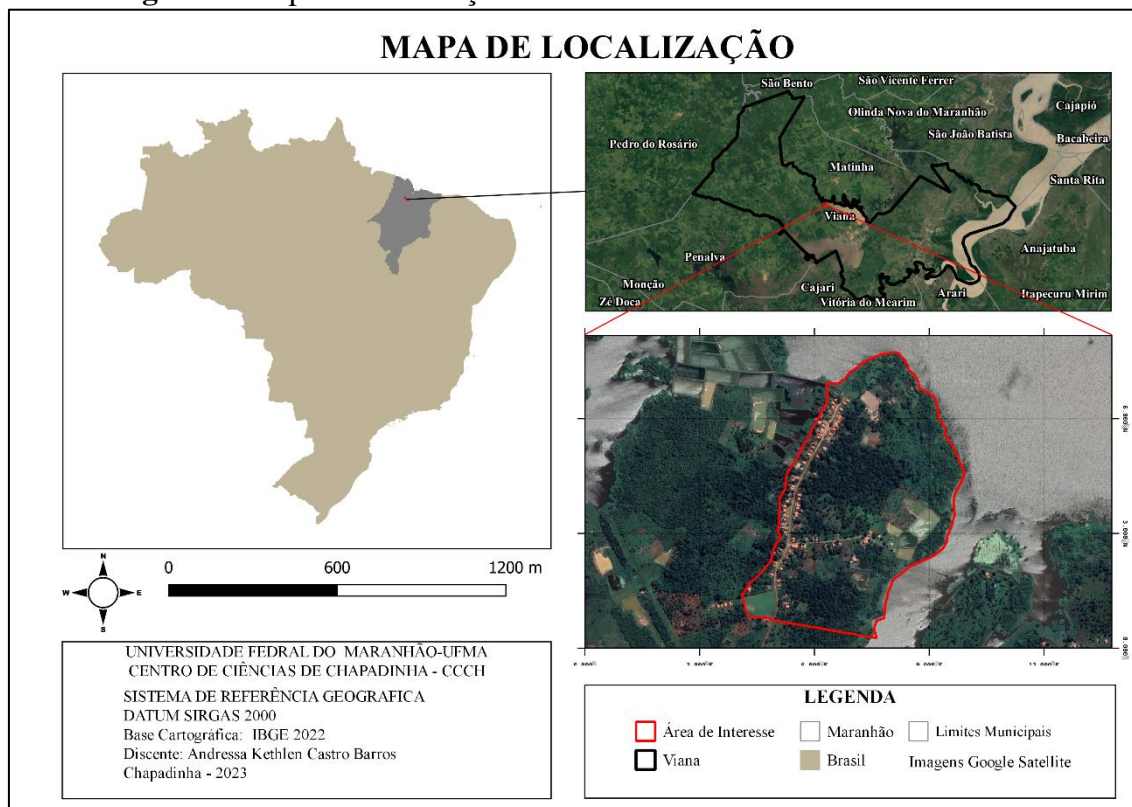
Portanto, existe a necessidade de preencher as lacunas do conhecimento quanto aos impactos ambientais enfrentados pelas comunidades quilombolas. Os estudos publicados com essa temática, enfatizam a necessidade de políticas públicas inclusivas, que respeitem os direitos territoriais e culturais dessas comunidades, além de promover estratégias de sustentabilidade e resiliência frente às mudanças ambientais. É fundamental que essas comunidades sejam protagonistas na gestão ambiental e na definição de soluções para garantir a preservação de seus territórios e modos de vida. Essas informações reforçam a importância e necessidade de estudos como este, que enfatizam as dificuldades impostas pelos impactos ambientais sobre as comunidades quilombolas.

4. METODOLOGIA

4.1 Caracterização da comunidade quilombola Cacoal

A pesquisa foi realizada na comunidade quilombola Cacoal, localizada no município de Viana, Maranhão, Brasil (Figura 1). A comunidade está distante cerca de 11 km daquela cidade e 218 km da capital do estado.

Figura 1. Mapa de localização da comunidade Cacoal em Viana – MA.



Fonte: Autor (2023)

4.2 Coleta de dados

A pesquisa foi realizada por meio de procedimentos técnico-metodológicos, onde foi envolvido a observação direta, aplicação de formulários, realização de entrevistas em cada residência e registros em fotografias. O questionário (Anexo I) foi aplicado para o membro responsável de cada família que reside na comunidade. Os dados obtidos por meio do formulário são de natureza socioeconômica, como número de domicílios, média de pessoas por moradia, tipo de renda, atividade que desenvolvem na comunidade, o envolvimento do informante ou de algum residente no domicílio em associações comunitárias. As entrevistas semiestruturadas com os moradores foram importantes para o conhecimento da rentabilidade e produtividade dos moradores locais.

As entrevistas foram realizadas no intervalo de quatro semanas, entre os meses de fevereiro e março de 2023, para garantir que todas as famílias fossem inseridas na

pesquisa. O questionário foi planejado de forma quantitativa contendo um total de oito (8) perguntas. As entrevistas foram aplicadas com a participação de um Técnico Agrícola responsável pela comunidade, a atual Presidente da Associação dos moradores, o candidato à presidência da comunidade, sua mãe e moradores quilombolas que se propuseram a ajudar com informações fora a parte, além de pessoas idosas que resguardam a memória da comunidade.

De acordo com Lakatos (1991), examinar fatos e fenômenos antigos são essenciais para quem compartilha histórias do local avaliados. Pois, consegue-se caracterizar aspectos socioeconômicos através de atividades agroextrativistas. Tendo como finalidade caracterizar as fontes de renda de um determinado local, contribuindo para aplicar questionários e a realização de entrevistas para conceituar as características físicas do espaço. Para Vergara (2009), uma boa observação dos fatos busca uma premeditação de algo, informações passivas e bem dialogadas do dia a dia são fundamentais para grandes questionários e pesquisas.

Foi realizado um cálculo para representar de forma adequada a amostra da comunidade. Esse cálculo foi realizado conforme a equação (1), seguindo a metodologia sugerida por Martins (2006).

$$n = \frac{Z^2 * p * N}{e^2(N-1) + Z^2 * p * q} \quad (1)$$

Onde: N = Tamanho da população; Z = Abscissa da distribuição normal padrão; se o nível for de 90%, Z = 1,65; se o nível for de 95,5%, Z = 2,00; se o nível for de 95%, Z = 1,96; se o nível for de 99%, Z = 2,57; p = Expresso em decimais, é expressada a proporção de um dos níveis da variável; escolhida. Declara-se p = 50, como o maior tamanho da amostra possível. q = 1-p, ou seja, 0,50; e = Margem de erro, expresso em decimais; n = Tamanho da amostra aleatória retirada da população.

Para a realização da presente pesquisa, foi considerado 99% de eficiência, sendo Z = 2,57. Considerou-se esse valor, devido a facilidade da aplicação de todos os questionários. A partir disso, um número de 37 questionários foi aplicado. Esses relatórios foram aplicados em toda a comunidade, e os resultados obtidos foram tabulados no Office Excel para análise dos dados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Aspectos gerais da comunidade Cacoal

A comunidade Cacoal é uma comunidade rural formada por descendentes de escravos, considerada por ser uma comunidade muito antiga, anterior à fundação do município de Viana que tem 266 anos.

A agricultura é a principal atividade econômica da comunidade, o local possui ainda uma infraestrutura básica, com energia elétrica, água encanada, campos de futebol, igrejas evangélicas e católica.

Em relação a escolaridade dos moradores da comunidade, o nível máximo até o 5º ano, para cursar até ensino médio, o estudante se desloca até o município de Viana. A comunidade está organizada por meio da Associação Quilombola do Povoado Cacoal, onde se reúnem mensalmente para discutir sobre os assuntos locais, e principalmente, relacionados a agricultura e afins.

Além da agricultura e da pesca, alguns jovens trabalham no município de Viana, especificamente, na Prefeitura Municipal, com contratos com duração de 4 anos. Ademais, foi registrada outras fontes de renda da população naquela comunidade, como aposentadorias e programas sociais do Governo Federal.

Na comunidade Cacoal, o uso e ocupação do solo corresponde principalmente a fins agrícolas e residenciais. As principais culturas agrícolas cultivadas na comunidade são: mandioca, feijão, melancia. Além disso, na comunidade, existem pequenos pomares com coco babaçu, manga, cacau e açaí. Os moradores utilizam de terras coletivas para plantação, onde cada família se responsabiliza pela utilização do espaço propício para a agricultura, por meio do uso da irrigação e manejo eficiente do solo. Para a adubação dessas culturas, os moradores utilizam esterco bovino.

A ocupação das terras iniciou por familiares descendentes de escravos que eram refugiados dos engenhos, e logo, famílias foram se multiplicando e terras foram sendo passadas para seus descendentes. Atualmente, quase todas as famílias possuem documentação de ocupação legítima das terras com a certidão de quilombo dos Palmares.

A produção agrícola no Cacoal é denominada como agricultura familiar, organizada por famílias, orientada para atender, principalmente, as necessidades familiares, programas sociais beneficiam esses povos com o intuito de gerar renda e produtividade através do poder público.

A comunidade foi contemplada, em 2013, com o programa social (CONAB) Companhia Nacional de Abastecimento em parceria com PAA, uma das ações do Programa Fome Zero do Governo Federal, que promove inclusão social e econômico por meio da agricultura. A comunidade recebeu 240 mil reais para ser investido na

agricultura. Cabe ressaltar que esse incentivo Federal foi dividido igualmente entre as 30 famílias da comunidade, e foi investido nos cultivos agrícolas visando o aumento da produtividade e do lucro com a agricultura familiar.

Em 2015, a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (AGERP), beneficiou cada agricultor familiar com um kit de irrigação e assistência técnica até os dias atuais. No ano de 2022, a comunidade recebeu cerca de 30 mil reais do Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF), que foi dividido para 20 produtores, para a compra de peixes e rações, e infraestrutura de hortas e compra de sementes. A AGERP juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), fazem vistorias nessas áreas para auxiliar no manejo.

Nas entrevistas, perguntas que não estavam inicialmente no questionário iam surgindo, dentre elas, se as atividades econômicas trazem algum impacto de forma negativa? Como por exemplo, a poluição. Os moradores responderam que não. Concluindo que o único fator negativo é a falta de infraestrutura na comunidade, e muitas vezes, faltam alternativas para a venda dos seus produtos na cidade. De acordo com Silva e Oliveira (2018), a falta de infraestrutura nas comunidades quilombolas é um desafio persistente que afeta negativamente a qualidade de vida e o desenvolvimento dessas comunidades.

A concentração de moradias está localizada na rua principal do quilombo, em que se encontra a igreja, galpão para reuniões comunitárias e um campo de futebol. Com as informações obtidas através dos formulários, foi possível adquirir dados para traçar um perfil social da comunidade. A composição das famílias varia de 3 a 4 moradores por residência, totalizando cerca de 450 moradores na comunidade.

5.2 Aspectos e impactos ambientais no Cacoal

Os principais aspectos e impactos ambientais da comunidade Cacoal estão associados ao desempenho da agricultura e suas atividades econômicas, como, produção de farinha proveniente da plantação de mandioca e a pesca, sobretudo, utilizados para a segurança alimentar dos moradores, e o excedente é comercializado na cidade.

De acordo com uma das lavradoras, os agricultores não utilizam agrotóxicos nas plantações de milho, mandioca, feijão, dentre outros. O esterco bovino é utilizado para adubar as roças, visando o aumento da fertilidade e correção da acidez do solo. Durante o desenvolvimento das suas atividades, os agricultores não utilizam nenhum tipo de proteção individual, o que é motivo de preocupação quanto a segurança dos mesmos.

A exposição dos trabalhadores rurais aos agrotóxicos é um problema sério e preocupante. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) são essenciais para reduzir os riscos de contaminação, mas, como mencionado na análise crítica, podem apresentar problemas de concepção que agravam a situação. Além disso, o uso contínuo dos EPI pode levar à sua degradação, tornando-os menos eficazes ao longo do tempo (Meirelles, et al. 2016).

Nesse sentido, é fundamental promover a educação e treinamento adequados para os agricultores, visando a conscientização sobre a importância do uso de EPIs e a adoção de práticas seguras durante o manuseio e aplicação de agrotóxicos. A saúde dos trabalhadores rurais é uma prioridade e medidas devem ser tomadas para garantir que eles possam exercer suas atividades de forma segura e saudável.

As comunidades quilombolas apresentam a pesca e agricultura familiar como as principais formas de subsistência e preservação de sua cultura (OLIVEIRA, 2008). Alguns dos impactos ambientais mais comuns associados a comunidade Cacoal incluem:

- Desmatamento e degradação dos recursos naturais: A agricultura familiar pode exigir a abertura de áreas para cultivo, resultando em desmatamento e perda de biodiversidade. A prática de queimadas para preparação do solo também pode causar degradação ambiental, com perda de biodiversidade, erosão do solo e emissão de gases de efeito estufa (GEE).
- Mudanças climáticas: A comunidade quilombola está sujeita aos efeitos das mudanças climáticas, como aumento da temperatura, mudanças nos padrões de chuva e eventos climáticos extremos. Esses fenômenos podem impactar diretamente a disponibilidade de recursos pesqueiros e a produtividade agrícola, comprometendo a subsistência da comunidade.

É importante ressaltar que a comunidade quilombola têm conhecimentos tradicionais valiosos sobre a gestão sustentável dos recursos naturais. A preservação e o fortalecimento desses conhecimentos, juntamente com políticas públicas adequadas e assistência técnica periódica, contribuem para a redução dos impactos ambientais e para a promoção da sustentabilidade nessas comunidades.

Figura 2. Aplicação do questionário.



Fonte: Autor (2023)

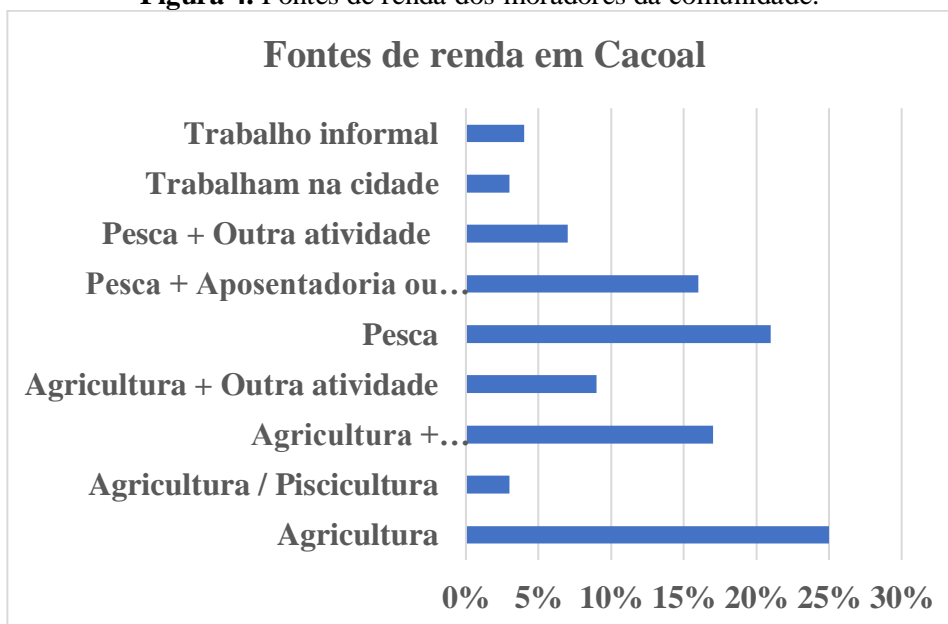
Figura 3. Reuniões com os produtores.



Fonte: Autor (2023)

5.3 Atividades socioeconômicas no Cacoal

Os resultados obtidos por meio das entrevistas com alguns moradores e observação direta no local, foi possível listar as principais atividades socioeconômicas desenvolvidas na comunidade Cacoal (Figura 2).

Figura 4. Fontes de renda dos moradores da comunidade.

Fonte: Autor (2023)

Neste cenário, a agricultura representa a maior fatia do setor econômico na região, com 25% da população engajada nessa atividade. Isso indica uma forte dependência da agricultura como fonte de renda e subsistência para os moradores da comunidade. Essa porcentagem sugere que a agricultura é uma atividade extremamente relevante na economia da comunidade.

A combinação de agricultura e piscicultura representa apenas 3% da população que adotam essas atividades. Isso sugere que a piscicultura, embora seja uma atividade adicional, não é tão comum ou amplamente praticada pelos moradores quanto a agricultura na comunidade.

No entanto, a presença da piscicultura indica uma diversificação das atividades que geram renda na comunidade quilombola. A diversidade de fontes de renda é de extrema importância para qualquer comunidade, e isso inclui as comunidades quilombolas. Nesse contexto, a diversificação das fontes de renda pode trazer uma série de benefícios significativos para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades.

As razões pelas quais a diversidade de fontes de renda é essencial para as comunidades quilombolas como: resiliência econômica; redução da pobreza e desigualdade; preservação cultural e ambiental; estímulo ao empreendedorismo local e valorização do patrimônio cultural.

Portanto, a importância da diversidade de fontes de renda para uma comunidade quilombola é clara. Essa diversificação pode melhorar a qualidade de vida dos moradores,

preservar a cultura local, proteger o meio ambiente, estimular o empreendedorismo e tornar a comunidade mais resiliente frente a adversidades.

De acordo com Munari (2009) o desenvolvimento agrícola é fruto do conhecimento e da sabedoria acumulada ao longo de séculos pelas populações tradicionais, representando um complexo conjunto de práticas desenvolvidas através da interação cuidadosa entre a comunidade e a natureza.

A categoria da agricultura juntamente com alguma aposentadoria ou auxílio do Governo Federal, corresponde a 17% dos moradores. Essa porcentagem relativamente alta, indica que um número significativo de moradores da comunidade depende da agricultura como principal atividade econômica, mas complementa sua renda com aposentadoria ou programas de assistência social.

Cerca de 9% da população está envolvida na agricultura ou em outra atividade, como por exemplo doméstica e trabalhar em casa de mexer farinha, ganhando diária. Isso sugere que, uma parcela da população diversificou sua fonte de renda, combinando a agricultura com outras atividades econômicas. Essa diversificação pode indicar uma busca por segurança financeira e redução de riscos associados à dependência exclusiva da agricultura.

Por sua vez, a pesca representa uma porcentagem significativa da população, com 21% envolvidos nessa atividade. Ou seja, a pesca representa um papel importante na economia local e é uma fonte de subsistência para muitos moradores da comunidade. A presença de atividades relacionadas à pesca sugere a influência dos recursos hídricos significativos na baixada. Essas informações reforçam a importância e necessidade da preservação dos mananciais dessa região, visto a dependência dos moradores pela atividade pesqueira.

Em relação aos moradores que praticam a pesca e também recebem aposentadoria ou Auxílio Brasil, 16% se enquadram nessa categoria. Mais uma vez os resultados ratificam a importância da pesca para a geração de renda dessa população. Entretanto, precisa ser complementada com benefícios oriundos de programas sociais, possivelmente devido à sazonalidade ou incerteza associada à atividade pesqueira na região. Sendo assim, pode ser reflexo dos impactos ambientais sobre os mananciais da região.

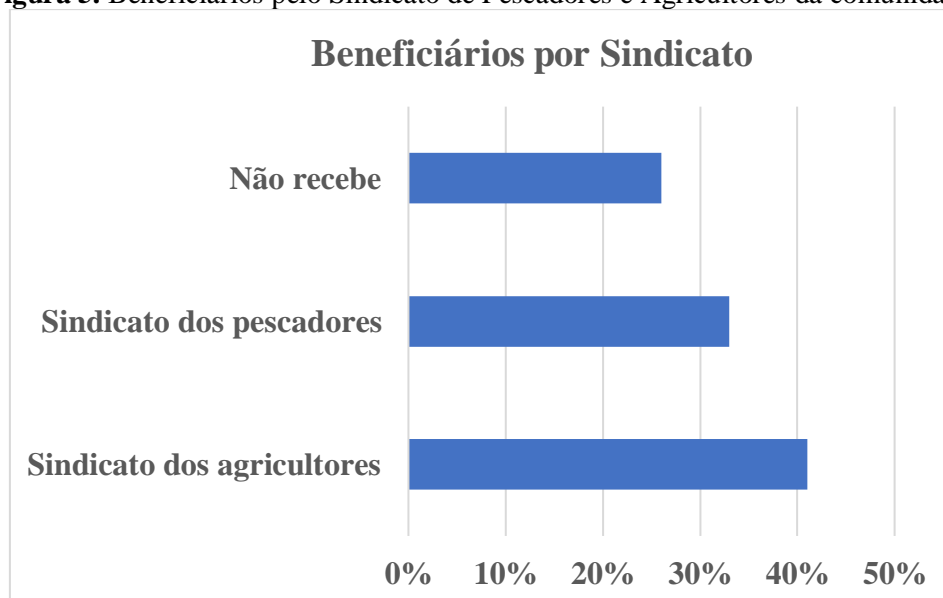
Apenas 7% da população na comunidade se dedica à pesca, combinada com outra atividade econômica, como por exemplo, trabalhar em fazendas próximas da comunidade. Isso demonstra que há uma parcela da população, apesar de pequena, mas

que busca diversificar sua renda, explorando outras oportunidades econômicas além da pesca na comunidade.

Ademais, aproximadamente 3% da população residente na comunidade exerce atividade remunerada na cidade, indicando uma proporção relativamente pequena de pessoas que buscam fonte de renda fora das atividades rurais da comunidade quilombola Cacoal.

Por fim, cerca de 4% da população da comunidade obtém sua renda de algum tipo de trabalho informal, que foi denominado pelos moradores de “bicos”, ou seja, são trabalhos esporádicos que gera algum tipo de renda para o morador, porém, sem nenhum tipo de vínculo empregatício.

Figura 5. Beneficiários pelo Sindicato de Pescadores e Agricultores da comunidade.



Fonte: Autor (2023)

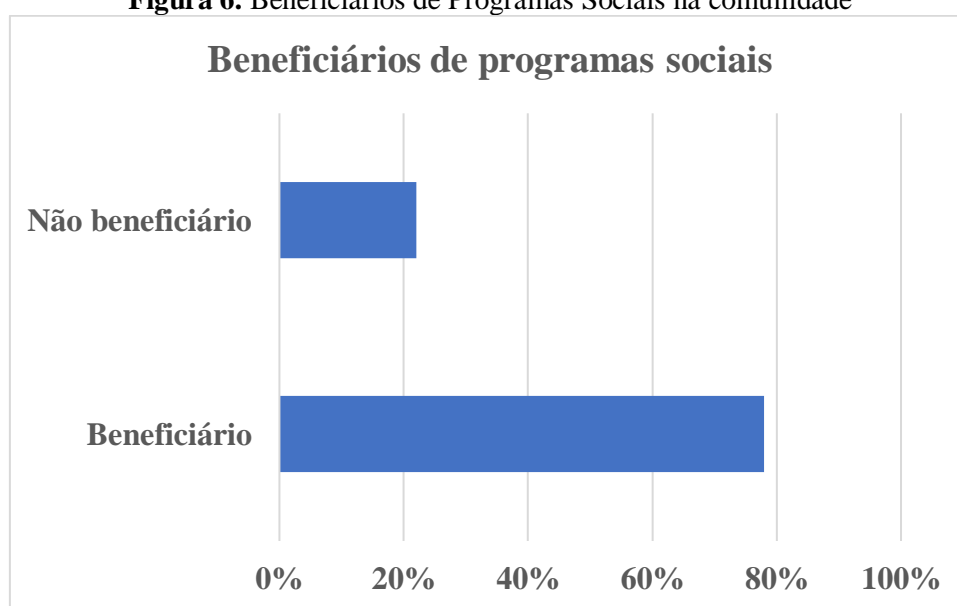
Em relação aos beneficiários do Sindicato dos Agricultores (Figura 3), observa-se grande relevância (41%) de pessoas que são aposentadas através desse sistema. Essas pessoas recebem o auxílio através desse benefício, provenientes da agricultura. Isso sugere que há uma considerável parcela dos moradores envolvidas na agricultura, e que têm interesse em se afiliar ao sindicato. É possível inferir que os agricultores nessa região podem ser uma força significativa e têm ações coletivas para proteger seus interesses e lutar por melhores condições de trabalho.

Os pescadores representam 33%, pois, são pessoas que vivem da pesca e por direito, são automaticamente associadas na colônia de pescadores da cidade. Esse benefício é

recebido durante todo o período de Piracema, onde o manejo de pesca artesanal é considerado inadequada. Esses resultados denotam uma parcela significativa dos moradores da comunidade quilombola Cacoal, está envolvido na pesca e apresentam interesse em participar de um sindicato para promover seus interesses.

Por fim, 26% da população na comunidade conseguem fonte de renda de outra forma, não participando, portanto, de nenhum sindicato. Ou seja, uns trabalham na cidade, outros fazem serviços de várias formas, considerado como informais. Essa porcentagem relativamente alta, sugere que uma parte significativa da população não está associada a nenhum sindicato ou não está recebendo benefícios específicos relacionados à agricultura ou pesca. Neste sentido, pode haver várias razões para isso, como pessoas que trabalham em outros setores ou que não se qualificam para os benefícios oferecidos pelos sindicatos. Em geral, a análise dos dados mostra uma distribuição diversificada das afiliações ou preferências entre os grupos mencionados.

Figura 6. Beneficiários de Programas Sociais na comunidade



Fonte: Autor (2023)

Quanto aos beneficiários de programas sociais, 78% da população são beneficiados de programas como PROCAF, PRONAF, PAA (Figura 4). Entre os anos de 2013 a 2023, uma parcela elevada dos moradores recebeu verbas em dinheiro, kit de irrigação e sementes para o plantio. Esses programas geralmente visam promover o desenvolvimento rural, fornecer apoio financeiro, assistência técnica e acesso a mercados para agricultores familiares, ajudando-os a superar desafios e melhorar suas condições de vida.

O segundo grupo é composto pelos não beneficiários de programas sociais, representando 22% da amostra. Esse resultado mostra que uma parcela menor da população que reside na comunidade quilombola não está recebendo benefícios desses programas sociais específicos. Pode haver várias razões para isso, como falta de elegibilidade, falta de conhecimento sobre os programas ou outros fatores que impedem a participação.

Esses resultados sugerem que a maioria da população analisada está sendo atendida pelos programas sociais em questão, indicando a existência de esforços para fornecer assistência e apoio aos agricultores familiares. No entanto, é importante ressaltar que esses dados representam uma amostra específica e não podem ser generalizados para toda a população.

6. CONCLUSÃO

Os resultados obtidos com a presente pesquisa indicam a relação entre comunidades quilombolas e atividades agropecuárias, ratificando que as práticas sociais do quilombo Cacoal estão em sintonias com o desenvolvimento sustentável. A pesca artesanal aponta que impactos ambientais são negativos, e atividades como a produção de farinha de mandioca, que é proveniente da agricultura familiar, consistem em atividades sustentáveis.

A agricultura familiar é a principal atividade econômica na comunidade Cacoal. A agricultura familiar de forma direta, consistem em uma atividade com capacidade para gerar diversas alternativas para o desenvolvimento rural. Por sua aptidão em produzir alimentos saudáveis sem o uso de agrotóxico, uso da terra de forma sustentável e com menores danos ambientais. A comunidade é representada politicamente por uma Associação de moradores. Logo, é discutido e dividido tudo que recebem de programas sociais para que trabalhem de forma comunitária, o que parece ser uma comunidade bastante homogênea a este respeito.

Entretanto, durante a pesquisa foi identificado desafios que precisam ser enfrentados para garantir a viabilidade e o crescimento das atividades agropecuárias na comunidade quilombola Cacoal. Entre eles, destacam-se a falta de infraestrutura adequada, a escassez de recursos financeiros, a ausência de políticas públicas efetivas e a vulnerabilidade às mudanças climáticas. É necessário, portanto, que haja investimentos e apoio governamental, além de parcerias com instituições e organizações locais e

regionais, para superar esses obstáculos e fortalecer a sustentabilidade econômica da comunidade.

Em suma, a relação entre as fontes de renda e as atividades agropecuárias na comunidade quilombola Cacoal, revela a importância dessas atividades para a subsistência e o desenvolvimento local. O fortalecimento da agricultura e da pecuária, aliado à diversificação das fontes de renda, promove a autonomia e a resiliência dessa comunidade, ao mesmo tempo em que valoriza sua cultura e identidade. É essencial que sejam implementadas ações e políticas que apoiem e incentivem o crescimento sustentável dessas atividades, garantindo assim um futuro próspero e digno para os quilombolas de Cacoal.

REFERENCIAS

ABREU, F.; MACHADO, M. **Diagnostico – Ações de Produtividade nas Comunidades Quilombolas de Rondônia**. Projeto Quilombo Solidário: Renda e Produção, nov-2021.

ALBANI, I.; COUSIN, C.; DICKMANN, I. AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE. **Revista de Educação Ambiental**, v. 27, n. 01, p. 3, 2022.

ALMEIDA, C. T.; BARROS, P. R.; MONTEIRO, F. A. Comunidades quilombolas e políticas públicas: análise da atuação governamental em Quilombo Cafundó (SP). **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 8, n. 2, p. 14-38, 2020.

BERTOLINE, M.; FILHO, P, L, P.; MENDONÇA, G, T, N, S. A IMPORTANCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ATUALIDADE. **Congresso Internacional da Agroindústria. Ciência: Tecnologia e Inovação: do campo a mesa**, 2020.

BEZERRA, J. G.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar com geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **INTERAÇÕES**, v. 18, n. 1, p. 3-15, 2017.

CARVALHO, A. C.; COSTA, C. F. Comunidades quilombolas e desenvolvimento sustentável: uma análise das políticas públicas e dos desafios socioeconômicos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 7, p. 1-19, 2019.

CRUZ, et.al. Acesso da agricultura familiar ao crédito e a assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, p 3-15, 2021.

DELAURIERS, J.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. **Tradução Ana Cristina Nasser**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ERGARA, S. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

FURTADO, M. B.; SUCUPIRA, R. L., ALVES, C. B. Cultura, Identidade E Sustentabilidade Quilombola: Uma Leitura A Partir Da Psicologia Cultural. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 106-115, 2014.

GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. Agricultura familiar no Brasil: atualidades, políticas e perspectivas. **Embrapa Informação Tecnológica**, 2021.

GOMES, F. M. Quilombolas e quilombos no Brasil: história, territórios e desafios. In História das populações afro-brasileiras. **Editora Contexto**, p. 145-172, 2016.

GONÇALVES, M. C. SILVA, R. F.; SANTOS, R. M.; CANTELLI, D.; AGUIAR, V. P.; HANAZAKI, N. Agricultura Tradicional e Soberania Alimentar: Conhecimento Quilombola no Manejo de plantas Alimenticias. **Journal of Ethnobiolog**, v., 42, n., 2, p. 105-109, 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

LARREA, W., VIANA, F., BRAGA, F. Políticas Públicas Para As Comunidades Quilombolas No Brasil: Um Estudo À Luz Da Análise Lexical No Período De 2000 A 2020. **Gestão e Desenvolvimento em Revista**, v. 7, n. 1, p. 100-121, 2021.

LIMA, J. A.; JESUS, V. S.; COELHO, N. J.; AIVARADO, J. C.; CAMARGO, C. L.; WHITARKER, M. C. Perfil socioeconômico e demográfico de crianças e adolescentes quilombolas da Bahia, v. 22, jun-2022.

MARTINS, G. de A. **Estatística Geral e Aplicada**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PEREIRA, C.; OLIVEIRA. A. A titulação coletiva de terras quilombolas e os conflitos por direitos territoriais no estado do Rio Grande do Norte, Brasil. **Ateliê Geográfico** –v. 13, n. 1, p. 150–169, 2019.

PINTO, A. R.; BORGES, C. J.; NOVO. P, M.; PIRES. S. P. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e

Nutricional em Territórios Titulados. Ministério do **Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação** – N. 20, Brasília-DF, 2014.

SANTOS, B. S. Quilombos e sustentabilidade: um estudo de caso sobre os impactos ambientais nas comunidades quilombolas do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 42, n. 2, p. 153-168, 2016.

SANTOS, G. P.; SANTOS, S. M. Quilombos e atividades socioeconômicas: uma análise dos quilombos contemporâneos no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 20, n.2, p. 197-205, 2017.

SANTOS, J. S.; PEREIRA, R. S. Desenvolvimento rural e sustentabilidade: análise da diversificação das fontes de renda em uma comunidade quilombola no Pará. **Revista de Estudos Sociais**, v. 19, n. 37, p. 257-276, 2017.

SANTOS, J.; LIMA, S.; SOUZA, G. Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em Territórios Rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes. **Revista NERA**, v. 20, n. 37, p. 217-228, 2017.

SANTOS, K.; MACHADO, G. C. **Comunidades quilombolas e políticas públicas: avanços e desafios.** 2018. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/parfor/painel/2018/trabalhos/artigos/150843.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2023.

SANTOS, L.; NASCIMENTO, M.; L, M. Impactos ambientais sobre comunidades quilombolas: desafios e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 49, p 251 – 268, 2019.

SANTOS, R; et. al. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS. **Revista Direitos Culturais**, v. 15, n. 37, p. 79-100, 2020.

SILVA, A. C.; OLIVEIRA, R. F. Infraestrutura e desenvolvimento em comunidades quilombolas. **Revista de Estudos Sociais**, v. 20, n. 2, p. 89-108, 2018.

SILVA, R. D. P.; NUNES, M. D. G. V. Comunidades quilombolas: desafios e perspectivas para o desenvolvimento local. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v.20, n.1, p. 59-78, 2021.

SILVA, S., FERREIRA, S., MONTEIRO, J. Comunidades quilombolas e impactos ambientais: desafios e perspectivas para a sustentabilidade. **Revista Brasileira de Estudos e Regionais**, v. 21, n. 2, p. 244–258.

SILVA, G., SOUZA, B. Quilombolas e a Luta contra o Racismo no Contexto da Pandemia. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 26, 2021.

SOUZA, J. Comunidades Quilombolas: Algumas Considerações Sobre A Educação Quilombola E Permanência No Território. **VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Métodos de coleta de dados em campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

VICENTE, E.; Gomes, V. C. S.; LIMA, G. P. QUILOMBOS PAULISTAS: A política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em sua interface com as comunidades tradicionais frente ao projeto de lei estadual nº 529 de 2020. e-ISSN nº 2447-4266, **Palmas**, v. 7, n. 1, p. 1-12, 2021.

MANHAS, C. **Políticas Públicas: Formação, Implementação e Avaliação**, Editora: Elsevier, 2019.

SILVA, C. Comunidades Quilombolas e Políticas Públicas: Avanços, Desafios e Perspectivas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 9, n. 2, p. 159-180, jul./dez. 2019.

MUNARI, L.C. **Memória social e ecologia histórica**: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata

Atlântica local. 2009. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MEIRELLES, A. L.; VEIGA, M. M.; DUARTE, F. **A contaminação por agrotóxicos e o uso de EPI:** análise de aspectos legais e de projeto. v. 12, n. 2, p. 5, 2016.

ANEXO I

Questionário aplicado a população

Nome: Idade: M () F ()

Local: Data:

1) Sua família é composta por quantas pessoas? Quantos tem atividade de renda?

2) Com o que trabalha?

3) É beneficiário de programas sociais? Quais?

4) Quais os produtos e quantidade anual de produção?

5) Quais rendas são mais presentes na comunidade?

6) Qual era quantidade de sua produção agropecuária a dez anos?

7) Recebe algum produto do programa além da verba? Quais seriam?

8) Qual a renda atual através do programa?